



Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., "CCR ViaSul" ou "Companhia" ou "Concessionária", tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 01/2018 ("Contrato de Concessão"). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquethina, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné. O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019. A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho /2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%). As rodovias administradas pela Concessionária são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. **1.3. Destaques de 2020:** Em função da pandemia da Covid-19, diversas medidas de restrição de circulação de pessoas e isolamento social foram impostas pelos governos estaduais e municipais, causando impacto na demanda, e consequentemente, nos resultados da CCR ViaSul em 2020. Apesar da crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19, o EBITDA em 2020 cresceu 207,74% em relação a 2019, totalizando R\$ 212.604. Esse crescimento é explicado pelo início da cobrança de pedágio de cinco novas praças de pedágio em 09 de fevereiro de 2020, conforme previsto no contrato de concessão, localizadas nos municípios de Três Cachoeiras, Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier e Victor Graeff. No Brasil, a pandemia chegou em março. No mesmo mês, a partir do dia 23, a CCR ViaSul iniciou uma série de ações em prol dos caminhoneiros que trafegam por suas rodovias, com a distribuição de cerca de 5 mil refeições por dia na BR-290, conhecida como *Freeway*, além de 10,3 mil kits de higiene e alimentação. Em um balanço mais recente, cerca de 18,5 mil caminhoneiros receberam benefícios através das ações que seguem ocorrendo nas estradas administradas pela CCR ViaSul. O segundo ano da Concessão foi marcado pela abertura de capital, com o código CVM 2535-6 em 04 de dezembro de 2020, sob categoria B, em cumprimento a exigência contratual do 24º mês de concessão, proporcionando maior transparência na divulgação dos resultados econômicos financeiros da Companhia. Outro destaque em 2020 foi a implantação do Sistema de Gestão Integrado, em atendimento aos requisitos das normas NBR ISO9001/2015 e NBR ISO14001/2015, os quais foram auditados pelo Bureau Veritas e ABNT, obtendo em dezembro de 2020 a certificação pelas normas em questão. Para uma maior comodidade dos usuários, a CCR ViaSul disponibilizou no final de setembro um aplicativo que oferece informações gerais de todo o trecho concedido, como alertas e boletins de trânsito, localização de bloqueios de pista ocasionados por ocorrências ou obras, previsões diárias de içamentos da ponte do Guaíba (Km 97 da BR290), bem como a localização de pontos com os serviços da Concessionária, acionamento de atendimentos de emergência, com discagem rápida para o canal 0800. Após a conclusão das obras iniciais previstas no primeiro ano da concessão, em 2020, a CCR ViaSul seguiu com as construções das praças de pedágio e da instalação e implantação de cinco bases de atendimento ao usuário definitivas, localizadas no Km 24,4 da BR-290, Km 16,3 da BR-101, e Km 372,2, Km 431,1, Km 302,8 e Km 328,2 da BR-386. Em junho de 2020 iniciamos as interconexões do Km 4,83 e 32,17 da BR-290, Km 62,4 – 80,7 e 83,62 da BR 290 e Passarelas do Km 3,9, Km 6,0 e Km 45 da BR 101.

2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 15 de fevereiro de 2020 a 14 de fevereiro de 2021, o valor da Tarifa Básica de Pedágio – TBP determinada pelo referido órgão era de R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), conforme deliberação nº 124 de 10 de março de 2020. Em 2020, o total de veículos pedagiados foi de 42.964.508 ou 79.574.438 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio. A Receita Operacional da Companhia em 2020, considerando a Receita de Pedágio e a Receita de Construção, totalizou R\$ 639.113. **2.2. Desempenhos:** As operações da CCR ViaSul tiveram início em 15 de fevereiro de 2019. Já no primeiro ano de concessão, mesmo com a cobrança parcial de pedágio em duas das sete praças previstas no contrato de concessão, a Companhia obteve resultados positivos e EBITDA de R\$ 69.086. Em 2020, ano de crise econômica mundial decorrente da pandemia da Covid-19, a CCR ViaSul passou a operar integralmente as sete praças de pedágio previstas no contrato de concessão, resultando em 2020 em um aumento de 167,93% no lucro líquido em relação a 2019.

Em R\$ mil	2020	2019
Receita líquida	607.748	399.991
Receita de pedágio	362.890	160.148
Receita de construção (ICPC 01 R1)	276.159	253.770
Outras receitas	64	27
(-) Deduções da receita bruta	(31.365)	(13.954)
(-) Custos e despesas (a)	(405.250)	(332.203)
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(276.159)	(253.770)
Demais custos e despesas	(129.091)	(78.433)
Resultado antes Resultado Financeiro	202.498	67.788
(+/-) Resultado financeiro líquido	21.489	15.249
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.412)	(21.986)
Lucro líquido	163.575	61.051
(-) Resultado financeiro líquido	(21.489)	(15.249)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	60.412	21.986
EBIT (b)	202.498	67.788
Margem EBIT	33,32%	16,95%
Margem EBIT ajustada (c)	61,07%	46,36%
(+) Depreciação/amortização	10.106	1.298
EBITDA (b)	212.604	69.086
Margem EBITDA	34,98%	17,27%
Margem EBITDA ajustada (c)	64,12%	47,25%
Divida líquida	-	10.099
Investimentos (d)	(312.347)	(299.155)
Veículos equivalentes (em milhares)	79.574	36.397

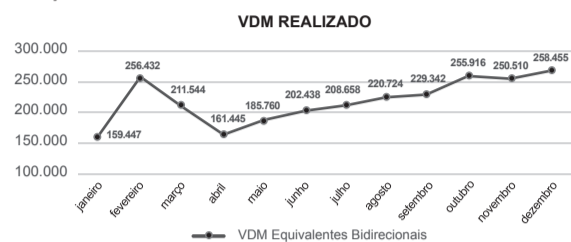
(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas. (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas excluindo-se a receita de construção. (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção. (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2020, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras. **2.2.1. Receita operacional:** A receita de pedágio em 2020 totalizou R\$ 362.890, um crescimento de 126,60% em relação a 2019, incremento da receita devido a cobrança da tarifa de pedágio para cinco novas praças de pedágio, de Três Cachoeiras, Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier e Victor Graeff. Dessa forma, em 09 de fevereiro de 2020, todas as praças de pedágios previstas no contrato de concessão entraram em funcionamento, totalizando sete praças de pedágio. **2.2.2. Custos e despesas totais:** Os custos totais em 2020 foram de R\$ 405.250, dos quais R\$ 129.091 são custos operacionais e R\$ 276.159 são custos de construção. Os principais custos de construção são as obras de serviços de recuperação de pavimento e construção de bases operacionais e praças de pedágio, conforme estabelecido no PER – Programa de Exploração da Rodovia. **2.2.3. Investimentos:** Em 2020, os investimentos realizados totalizaram R\$ 302.169 uma redução de 7,90% em relação a 2019, devido este ser o primeiro ano da concessão, quando foram realizados os Trabalhos Iniciais. Em 2020 destacamos a construção, instalação e montagem de nove bases de atendimento ao usuário definitivas, localizadas no Km 24,4 da BR-290, Km 16,3 e km 49,5 da BR-101 e Km 208,9, Km 372,2, Km 431,1, Km 302,8, Km 396,4 e Km 328,2 da BR-386. Encontram-se ainda em andamento as obras das interconexões do Km 4,83 e 32,17 da BR-290, do Km 62,4, Km 80,7, e Km 83,62 da BR 290 e Passarelas Km 3,9 – 6,0 e 45 da BR 101, com finalização prevista para fevereiro de 2021.

	2020	2019
Investimentos	302.169	328.096
Praças de Pedágio/ Bases/ SAU's	88.967	58.497
Serviços no Pavimento	107.205	128.985
Cadastros Iniciais da Rodovia	472	2.807
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	7.442	20.669
Obras de Arte Especiais	3.415	6.945
Drenagem e Obra de Arte Corrente	1.926	6.199
Faixa de Domínio	1.654	9.388
Obras de Ampliação de Capacidade	4.624	3.763
Obras de Implantação de vias e Interseção e Outros	58.748	25.433
Sistemas e Outros Imobilizados	27.716	65.410
Total	302.169	328.096

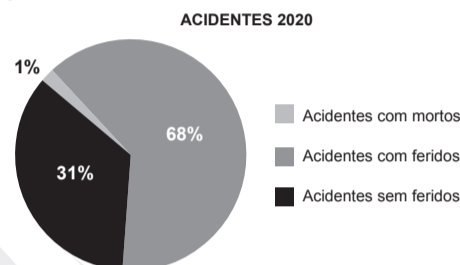
Os investimentos descritos acima são valores contábeis, históricos, registrados no momento de competência de cada período. **2.2.4. Captações de Recursos:** Em dezembro de 2019, a Concessionária assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 a ser liberado em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela CCR ViaSul e, aquisições de equipamentos para operação. Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária não recebeu nenhum montante do BNDES, utilizando recursos próprios para fazer os investimentos até o momento. **2.2.5. Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária em 2020 foi de R\$ 266.734 e em 2019 foi de R\$ 108.155, representando 43,89% e 27,04% da Receita Operacional Líquida respectivamente. **2.2.6. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 26 de outubro, conforme aprovado em AGO, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 100.883 referente aos lucros apurados entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2020. Em 16 de dezembro, também foram pagos juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 47.000 referente ao resultado pro rata die de 01 de outubro a 16 de dezembro de 2020. **2.2.7. Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia como indústria automotiva, agropecuária e construção civil. O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. **2.2.8. Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária implantou em 2020 o Sistema de Gestão Integrado conforme as ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária. Na busca da certificação das ISOs 9.001 e 14.001 e conformidade para a ISO 39.001, já em 2020, foi desenvolvido o mapeamento de processos, a elaboração de procedimentos e a definição de estrutura para o Sistema de Gestão Integrado. **2.2.9. Recursos Humanos:** A CCRViaSul acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a

empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 706 pessoas de forma direta, das quais, 449 pessoas foram contratadas em 2020, ainda no primeiro ano da Concessão.

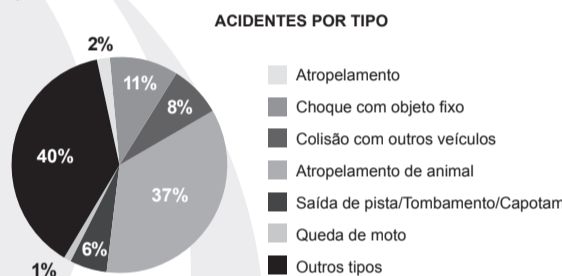
3. Indicadores Operacionais: 3.1. Caracterização do Tráfego: 3.1.1. Volume: Em 09 de fevereiro de 2020, a Concessionária iniciou a cobrança de tarifa nas praças de Três Cachoeiras, Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier e Victor Graeff. Em 15 de Agosto de 2020, houve alteração nas praças de pedágio da BR-290: iniciou-se a cobrança em ambos os sentidos em Santo Antônio da Patrulha e houve o deslocamento da praça de Gravataí do km 77 para o km 60. Tais alterações estão pautadas no contrato de concessão. No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 217.557. Variação mensal do volume no ano base:



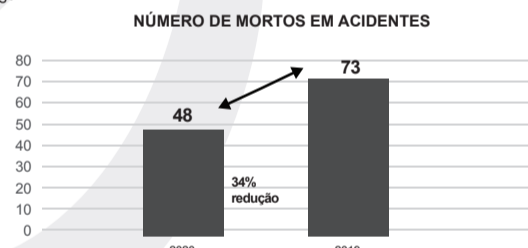
3.2. Segurança no Trânsito: 3.2.1. Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício de 2020. **Percentual de acidentes por gravidade em 2020**



Percentual de acidentes por tipo em 2020



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. Pelo fato da concessionária ter iniciado sua operação em fevereiro de 2019, para fins de comparativo, utilizamos os dados divulgados pela Polícia Rodoviária Federal para este exercício. Dessa forma, podemos notar uma redução de 34% no número de mortos em 2020, conforme apresentamos no gráfico a seguir:



3.3. Dados de Operação da Concessão: 3.3.1. Veículos Alocados: No exercício de 2020, foram registrados 96.530 atendimentos ao usuário (49.343 em 2019) por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul). Na tabela a seguir, são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão.

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	15	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	58	13
Administração	33	7
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	5	1
Faixa de domínio	3	1
Total de veículos de apoio	43	9
Total	101	22

3.3.2. Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretoria	1	0,08
Gestor de Comunicação	1	0,08
Gestor de Atendimento	1	0,08
Gestor Administrativo Financeiro	1	0,08
Gestor de Contrato	1	0,08
Conservação	15	1,27
CCO	34	2,89
Engenharia	25	2,12
TI	27	2,29
Administrativo	51	4,33
Tráfego	126	10,70
Arrecadação	423	35,94
Total Geral	706	59,94

3.4. Aspectos Financeiros: Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da CCRViaSul do último exercício comparado com o exercício anterior. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2020, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019. **3.4.1. Receita (em R\$ mil):** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2020	Acumulado
Receitas de pedágio	362.890	523.038
Receitas acessórias	64	91
Total das receitas	362.954	523.129

continua

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional	proposto		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.166.778	(855.151)	18	246	-	-	311.891	
Aumento de capital social em 31 de dezembro de 2019	21.678	-	-	-	-	-	21.678	
Integralização capital social em 31 de dezembro de 2019	-	855.151	-	-	-	-	855.151	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.051	61.051	
Destinações:								
Reserva legal	-	-	3.052	-	-	(3.052)	-	
Distribuição de dividendos em 16 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	(21.821)	(21.821)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(18.153)	(18.153)	
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	14.636	(14.636)	-	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.389	-	(3.389)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.188.456	-	3.070	3.635	14.636	-	1.209.797	
Distribuição de dividendos em 23 de abril de 2020	-	-	-	(3.635)	(14.636)	-	(18.271)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	163.575	163.575	
Destinações:								
Reserva legal	-	-	8.179	-	-	(8.179)	-	
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2020	-	-	-	-	-	(100.883)	(100.883)	
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	-	(39.950)	(39.950)	
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	-	(7.050)	(7.050)	
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	3.357	(3.357)	-	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.156	-	(4.156)	-	
	1.188.456	-	11.249	4.156	3.357	-	1.207.218	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 13 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovias de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Companhia iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia. A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego da rodovia, na forma de veículos equivalentes:

Veículos Equivalentes					
12/março/2020 a 31/dezembro/2020			01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020		
vs					
12/março/2019 a 31/dezembro/2019			01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019		
vs					
Passageiro	Comercial	Total	Passageiro	Comercial	Total
73,5%	25,7%	148,9%	108,7%	278,1%	178,0%

Início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 09 de fevereiro de 2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7). A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras: **Avaliação de continuidade operacional:** Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante. Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas: • Contenção de despesas e priorização de investimentos; • Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados. **Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Sob o ponto de vista regulatório, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos. A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior. Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia. Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato está reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tal reequilíbrio será suficiente para a recuperação dos ativos não monetários. **Avaliação de ativos financeiros:** Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos os seus compromissos. Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPCC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **b) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contat a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contat a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os cus-

tos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contat a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O dividendo são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	163.575	61.051
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.124	(1.581)
Depreciação e amortização	10.106	1.298
Baixa do ativo imobilizado	-	51
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	28	-
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	312	14
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	-
	175.145	60.833

Variações nos ativos e passivos

(Aumento) redução dos ativos

Contas a receber (9.433) (5.925)

Contas a receber - partes relacionadas (897) -

Tributos a recuperar (1.555) (3.057)

Adiantamento a fornecedores 18 (52)

Despesas antecipadas e outras (75) (34)

Aumento (redução) dos passivos

Fornecedores (587) 25.098

Fornecedores - partes relacionadas 302 807

Obrigações sociais e trabalhistas (1.587) 6.751

Impostos e contribuições a recolher 48.961 29.390

Pagamentos com imposto de renda e contribuição social (40.969) (16.486)

Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários (314) (12)

Obrigações com o poder concedente 38 897

Outras contas a pagar (6) 162

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais

169.041 98.372

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de ativo imobilizado (34.235) (64.890)

Adições ao ativo intangível (278.112) (234.265)

Aplicações financeiras líquidas de resgate 387.608 (851.971)

Caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de investimento

75.261 (1.151.126)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Resgates de Aplicações na Conta Reserva -

Dividendos e JCP pagos (159.104) (40.056)

Integralização de capital - 876.829

Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades de financiamento

(159.104) 836.773

Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa

85.198 (215.981)

Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício 85.672 301.653

No final do exercício 170.870 85.672

85.198 (215.981)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas			
Receita de pedágio	15	362.890	160.148
Receita de construção	15	276.159	253.770
Receitas acessórias	15	64	27
Insunhos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(276.159)	(253.770)
Custos dos serviços prestados		(72.142)	(42.733)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(13.972)	(7.989)
Valor adicionado bruto		276.840	109.453
Depreciação e amortização		(10.106)	(1.298)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		266.734	108.155
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	21.853	15.385
Valor adicionado total a distribuir		288.587	123.540
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		18.793	16.767
Benefícios		7.414	4.905
FGTS		1.119	826
Outras		538	123
Tributos			
Federais		77.835	31.110
Estaduais		189	44
Municipais		17.998	8.012
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		236	110
Aluguéis		890	592
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		163.575	61.051
		288.587	123.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **d) Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisitos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **e) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "f". Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de

continua

continuação	Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00																																																																																																																																																																																																																				
<p>inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ou determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (<i>forward-looking</i>). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está <i>impaired</i>, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. g) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. h) Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros, gastos de despesas bancárias e IOF. i) Benefícios a empregados: • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. j) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplem premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. k) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. l) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização</p>	<p>do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. m) Arrendamento mercantil: A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso de arrendamento e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso de arrendamento" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. n) Informação por segmento: A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. o) Demonstrações do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. p) Adoção inicial de normas novas e alterações: A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS: Traz novos conceitos, forneceu definições, atualização e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclareceu alguns conceitos importantes. Definição de negócio - Alterações ao CPC 15 (IFRS 3): Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares. Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8): Altera a definição de "material" estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não alterar o conceito subjacente de materialidade das Normas IFRS. O conceito de "ocultação" de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39) e CPC 40 (IFRS 7): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de <i>hedge</i> decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i>. Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16): Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. q) Novas normas ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16); • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16); • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3); • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); e IFRS 17 - Contratos de seguros. 3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 03 de março de 2021, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige</p>	<p>que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:</p> <p>Nota</p> <p>21 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)</p> <p>7 Provisão para perda esperada</p> <p>8b Impostos diferidos</p> <p>11 Intangível e intangível em construção</p> <p>13 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários</p> <p>17 Instrumentos financeiros</p> <p>4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).</p> <p>5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de <i>rating</i>. b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9 e 17. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Menos de 1 ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores e outras contas a pagar</td> <td>53.355</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores - partes relacionadas</td> <td>1.109</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Obrigações com o poder concedente</td> <td>935</td> <td></td> </tr> <tr> <td>6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</td> <td>2020</td> <td>2019</td> </tr> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>4.999</td> <td>2.530</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fundos de investimentos e CDB</td> <td>165.871</td> <td>83.142</td> </tr> <tr> <td>Total - Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>170.870</td> <td>85.672</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2020</td> <td>2019</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fundos de investimentos e CDB</td> <td>472.618</td> <td>860.226</td> </tr> <tr> <td>Total - Aplicações financeiras</td> <td>472.618</td> <td>860.226</td> </tr> </tbody> </table> <p>As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 100,62% do CDI, equivalente a 2,79% ao ano (100,60 % do CDI, equivalente a 5,98% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).</p> <p>7. Contas a receber:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas acessórias (a)</td> <td>12</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Pedágio eletrônico (b)</td> <td>15.346</td> <td>5.920</td> </tr> <tr> <td></td> <td>15.358</td> <td>5.925</td> </tr> </tbody> </table> <p>Idade de Vencimento dos Títulos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Crédito a vencer</td> <td>15.358</td> <td>5.921</td> </tr> <tr> <td>Créditos vencidos até 60 dias</td> <td>-</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td></td> <td>15.358</td> <td>5.925</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.</p> <p>8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</td> <td>223.987</td> <td>83.037</td> </tr> <tr> <td>Alíquota nominal</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal</td> <td>(76.156)</td> <td>(28.233)</td> </tr> <tr> <td>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas inadotáveis</td> <td>(145)</td> <td>(26)</td> </tr> <tr> <td>Remuneração variável de dirigentes estatutários</td> <td>(541)</td> <td>(106)</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio</td> <td>15.980</td> <td>6.172</td> </tr> <tr> <td>Incentivos relativos ao imposto de renda</td> <td>426</td> <td>182</td> </tr> <tr> <td>Outros ajustes tributários</td> <td>24</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Despesa de imposto de renda e contribuição social</td> <td>(60.412)</td> <td>(21.986)</td> </tr> <tr> <td>Impostos correntes</td> <td>(59.288)</td> <td>(23.567)</td> </tr> <tr> <td>Impostos diferidos</td> <td>(1.124)</td> <td>1.581</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(60.412)</td> <td>(21.986)</td> </tr> <tr> <td>Alíquota efetiva do imposto</td> <td>26,97%</td> <td>26,48%</td> </tr> </tbody> </table> <p>b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="4">Saldo em 2020</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Reconhecido no 2019</th> <th>Valor líquido</th> <th>Ativo fiscal</th> <th>Passivo fiscal</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisão para participação nos resultados (PLR)</td> <td>1.160</td> <td>(1.072)</td> <td>88</td> <td>88</td> </tr> <tr> <td>Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários</td> <td>1</td> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Amortização do custo de transação</td> <td>(17)</td> <td>17</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para fornecedores</td> <td>48</td> <td>(9)</td> <td>39</td> <td>39</td> </tr> <tr> <td>Despesas pré-operacionais</td> <td>360</td> <td>(90)</td> <td>270</td> <td>270</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>46</td> <td>31</td> <td>77</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>Imposto diferido líquido ativo</td> <td>1.598</td> <td>(1.124)</td> <td>474</td> <td>474</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Saldo em 2019</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>Reconhecido no 2018</td> <td>Valor líquido do resultado</td> <td>Ativo fiscal</td> <td>Passivo fiscal</td> </tr> <tr> <td>Provisão para participação nos resultados (PLR)</td> <td>-</td> <td>1.160</td> <td>1.160</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários</td> <td>-</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Amortização do custo de transação</td> <td>-</td> <td>(17)</td> <td>-</td> <td>(17)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para fornecedores</td> <td>-</td> <td>48</td> <td>48</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Despesas pré-operacionais</td> <td>-</td> <td>343</td> <td>343</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>-</td> <td>17</td> <td>63</td> <td>63</td> </tr> <tr> <td>Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação</td> <td>17</td> <td>1.581</td> <td>1.598</td> <td>1.615</td> </tr> <tr> <td>Compensação de imposto</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(17)</td> </tr> <tr> <td>Imposto diferido líquido ativo</td> <td>17</td> <td>1.581</td> <td>1.598</td> <td>1.598</td> </tr> </tbody> </table> <p>9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020</p>		Menos de 1 ano		Fornecedores e outras contas a pagar	53.355		Fornecedores - partes relacionadas	1.109		Obrigações com o poder concedente	935		6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2020	2019	Caixa e bancos	4.999	2.530	Aplicações financeiras			Fundos de investimentos e CDB	165.871	83.142	Total - Caixa e equivalentes de caixa	170.870	85.672		2020	2019	Aplicações financeiras			Fundos de investimentos e CDB	472.618	860.226	Total - Aplicações financeiras	472.618	860.226		2020	2019	Circulante			Receitas acessórias (a)	12	5	Pedágio eletrônico (b)	15.346	5.920		15.358	5.925		2020	2019	Crédito a vencer	15.358	5.921	Créditos vencidos até 60 dias	-	4		15.358	5.925		2020	2019	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	223.987	83.037	Alíquota nominal	34%	34%	Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(76.156)	(28.233)	Efeito tributário das adições e exclusões permanentes			Despesas inadotáveis	(145)	(26)	Remuneração variável de dirigentes estatutários	(541)	(106)	Juros sobre capital próprio	15.980	6.172	Incentivos relativos ao imposto de renda	426	182	Outros ajustes tributários	24	25	Despesa de imposto de renda e contribuição social	(60.412)	(21.986)	Impostos correntes	(59.288)	(23.567)	Impostos diferidos	(1.124)	1.581		(60.412)	(21.986)	Alíquota efetiva do imposto	26,97%	26,48%		Saldo em 2020					Reconhecido no 2019	Valor líquido	Ativo fiscal	Passivo fiscal	Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.160	(1.072)	88	88	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1	(1)	-	-	Amortização do custo de transação	(17)	17	-	-	Provisão para fornecedores	48	(9)	39	39	Despesas pré-operacionais	360	(90)	270	270	Outros	46	31	77	77	Imposto diferido líquido ativo	1.598	(1.124)	474	474				Saldo em 2019			Reconhecido no 2018	Valor líquido do resultado	Ativo fiscal	Passivo fiscal	Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	1.160	1.160	-	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	1	1	-	Amortização do custo de transação	-	(17)	-	(17)	Provisão para fornecedores	-	48	48	-	Despesas pré-operacionais	-	343	343	-	Outros	-	17	63	63	Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	17	1.581	1.598	1.615	Compensação de imposto	-	-	-	(17)	Imposto diferido líquido ativo	17	1.581	1.598	1.598
	Menos de 1 ano																																																																																																																																																																																																																				
Fornecedores e outras contas a pagar	53.355																																																																																																																																																																																																																				
Fornecedores - partes relacionadas	1.109																																																																																																																																																																																																																				
Obrigações com o poder concedente	935																																																																																																																																																																																																																				
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2020	2019																																																																																																																																																																																																																			
Caixa e bancos	4.999	2.530																																																																																																																																																																																																																			
Aplicações financeiras																																																																																																																																																																																																																					
Fundos de investimentos e CDB	165.871	83.142																																																																																																																																																																																																																			
Total - Caixa e equivalentes de caixa	170.870	85.672																																																																																																																																																																																																																			
	2020	2019																																																																																																																																																																																																																			
Aplicações financeiras																																																																																																																																																																																																																					
Fundos de investimentos e CDB	472.618	860.226																																																																																																																																																																																																																			
Total - Aplicações financeiras	472.618	860.226																																																																																																																																																																																																																			
	2020	2019																																																																																																																																																																																																																			
Circulante																																																																																																																																																																																																																					
Receitas acessórias (a)	12	5																																																																																																																																																																																																																			
Pedágio eletrônico (b)	15.346	5.920																																																																																																																																																																																																																			
	15.358	5.925																																																																																																																																																																																																																			
	2020	2019																																																																																																																																																																																																																			
Crédito a vencer	15.358	5.921																																																																																																																																																																																																																			
Créditos vencidos até 60 dias	-	4																																																																																																																																																																																																																			
	15.358	5.925																																																																																																																																																																																																																			
	2020	2019																																																																																																																																																																																																																			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	223.987	83.037																																																																																																																																																																																																																			
Alíquota nominal	34%	34%																																																																																																																																																																																																																			
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(76.156)	(28.233)																																																																																																																																																																																																																			
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes																																																																																																																																																																																																																					
Despesas inadotáveis	(145)	(26)																																																																																																																																																																																																																			
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(541)	(106)																																																																																																																																																																																																																			
Juros sobre capital próprio	15.980	6.172																																																																																																																																																																																																																			
Incentivos relativos ao imposto de renda	426	182																																																																																																																																																																																																																			
Outros ajustes tributários	24	25																																																																																																																																																																																																																			
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(60.412)	(21.986)																																																																																																																																																																																																																			
Impostos correntes	(59.288)	(23.567)																																																																																																																																																																																																																			
Impostos diferidos	(1.124)	1.581																																																																																																																																																																																																																			
	(60.412)	(21.986)																																																																																																																																																																																																																			
Alíquota efetiva do imposto	26,97%	26,48%																																																																																																																																																																																																																			
	Saldo em 2020																																																																																																																																																																																																																				
	Reconhecido no 2019	Valor líquido	Ativo fiscal	Passivo fiscal																																																																																																																																																																																																																	
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.160	(1.072)	88	88																																																																																																																																																																																																																	
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1	(1)	-	-																																																																																																																																																																																																																	
Amortização do custo de transação	(17)	17	-	-																																																																																																																																																																																																																	
Provisão para fornecedores	48	(9)	39	39																																																																																																																																																																																																																	
Despesas pré-operacionais	360	(90)	270	270																																																																																																																																																																																																																	
Outros	46	31	77	77																																																																																																																																																																																																																	
Imposto diferido líquido ativo	1.598	(1.124)	474	474																																																																																																																																																																																																																	
			Saldo em 2019																																																																																																																																																																																																																		
	Reconhecido no 2018	Valor líquido do resultado	Ativo fiscal	Passivo fiscal																																																																																																																																																																																																																	
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	1.160	1.160	-																																																																																																																																																																																																																	
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	1	1	-																																																																																																																																																																																																																	
Amortização do custo de transação	-	(17)	-	(17)																																																																																																																																																																																																																	
Provisão para fornecedores	-	48	48	-																																																																																																																																																																																																																	
Despesas pré-operacionais	-	343	343	-																																																																																																																																																																																																																	
Outros	-	17	63	63																																																																																																																																																																																																																	
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	17	1.581	1.598	1.615																																																																																																																																																																																																																	
Compensação de imposto	-	-	-	(17)																																																																																																																																																																																																																	
Imposto diferido líquido ativo	17	1.581	1.598	1.598																																																																																																																																																																																																																	

continua

e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2020	2019	Ativo	Passivo
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado/Intangível	Contas a receber / cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	3.093 (a)	-	-	243 (a)
CPC	4.031 (b)	1.490 (c)	357 (d)	645 (b) (c) (d)
Outras partes relacionadas				
Cor	-	-	-	5 (d)
ViaOeste	-	-	-	1 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	-	1 (d)
Instituto CCR	108 (e)	-	-	-
SPVias	-	-	180 (d)	1 (d)
Metró Bahia	-	-	18 (d)	10 (d)
MSVias	-	-	15 (d)	13 (d)
ViaMobilidade	-	-	15 (d)	1 (d)
CCR ViaCosteira	-	-	213 (d)	182 (d)
Infra. Latinoamericana SA	-	-	99 (d)	7 (d)
Total	7.232	1.490	897	1.109

	Transações		Saldos	
	2019	2018	Ativo	Passivo
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado/Intangível	Contas a receber / cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	2.030 (a)	-	-	272 (a)
CPC	3.584 (b)	-	-	469 (b)
Outras partes relacionadas				
Cor	-	-	-	16 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	-	2 (d)
Metró Bahia	-	-	-	18 (d)
SPVias	-	-	-	9 (d)
MSVia	-	-	-	16 (d)
ViaOeste	-	-	-	3 (d)
ViaMobilidade	-	-	-	2 (d)
Total	5.614	-	-	807

	2020		2019	
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado/Intangível	Contas a receber / cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Despesas com profissionais-chaves da Administração:				
Remuneração: (f)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa			2.252	1.578
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado			109	-
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano			1.526	-
Previdência privada			34	-
Seguro de vida			2	3
Total			3.923	1.581

	2020		2019	
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado/Intangível	Contas a receber / cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Saldos a pagar aos profissionais-chave da Administração:				
Remuneração dos administradores (f)			192	148

	2019		2020	
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)
10. Ativo imobilizado				
Valor de custo				
Móveis e utensílios		376	-	444
Máquinas e equipamentos		288	-	3.397
Veículos		11.368	-	1.723
Equipamentos operacionais		848	-	6.196
Imobilizado em andamento		53.479	34.235	(14.445)
Total custo		66.359	34.235	(2.685)
Valor de depreciação				
Móveis e utensílios	10	(14)	(72)	-
Máquinas e equipamentos	11	(5)	(357)	-
Veículos	24	(899)	(3.008)	-
Equipamentos operacionais	14	(31)	(332)	-
Total depreciação		(949)	(3.769)	-
Total geral		65.410	30.466	(2.685)

	2018		2019	
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)
Valor de custo				
Móveis e utensílios		-	-	376
Máquinas e equipamentos		-	-	288
Veículos		-	(53)	11.421
Equipamentos operacionais		-	-	848
Imobilizado em andamento		1.905	64.890	(13.316)
Total custo		1.905	64.890	(383)
Valor de depreciação				
Móveis e utensílios	10	-	(14)	-
Máquinas e equipamentos	10	-	(5)	-
Veículos	25	-	(901)	2
Equipamentos operacionais	16	-	(31)	-
Total depreciação		-	(951)	2
Total geral		1.905	63.939	(51)

	2019		2020	
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições (c)	Transferências (a)
11. Intangível e intangível em construção:				
Valor de custo				
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		147.277	-	283.861
Direitos de uso de sistemas informatizados		-	-	346
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.017	524	(831)
Intangível		148.294	524	283.376
Intangível em construção		114.739	277.588	(280.691)
Total custo		263.033	278.112	2.685
Valor de amortização				
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(347)	(6.285)	-
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	-	(52)	-
Total amortização		(347)	(6.337)	-
Total geral		262.686	271.775	2.685

	2018		2019	
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)
Valor de custo				
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		-	-	147.277
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	634	383
Intangível		-	634	147.660
Intangível em construção		8.246	253.770	(147.277)
Total custo		8.246	254.404	383
Valor de amortização				
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	-	(347)	-
Total amortização		-	(347)	-
Total geral		8.246	254.057	383

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível; (b) Amortização pela curva de benefício econômico; e (c) O total de R\$ 278.112 refere-se principalmente às obras em andamento das interconexões do Km 4,83 e 32,17 da BR-290, do Km 62,4, Km 80,07 e Km 83,62 da BR 290 e Passarelas Km 3,9 - 6,0 e 45 da BR 101, no montante de R\$ 277.588.

	2020	2019
12. Fornecedores		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	37.879	45.234
Cauções e retenções contratuais (b)	15.320	8.596
Total	53.199	53.830

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2019			2020		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	2	340	(45)	(298)		1
Trabalhistas e previdenciários	-	22	(5)	(16)		(1)
Total	2	362	(50)	(314)		-

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2020	2019
Cíveis e administrativos	64	17
Trabalhistas e previdenciários	-	2
Total	64	19

14. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.188.456, representado por 1.188.456.196 de ações ordinárias. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 23 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 18.271, correspondentes a R\$ 0,01537444840 por ação, sendo R\$ 14.636 à conta do saldo dos "Dividendos Adicionais Propostos" e R\$ 3.635 à conta do saldo de "Reserva de Retenção de Lucros", com pagamento em 23 de abril de 2020. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	163.575	163.575
(-) Constituição de reserva legal	(8.179)	(8.179)
Lucro líquido ajustado	155.396	155.396
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	38.849	38.849
Total de juros sobre capital próprio pagos	47.000	47.000
Total de dividendos mínimos intermediários pagos	100.883	100.883
Total	147.883	147.883

e. Juros sobre capital próprio: Em 16 de dezembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 47.000, relativo ao lucro do exercício, com pagamento em 21 de dezembro de 2020. **f. Lucro por ação básico e diluído:** A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido	163.575	61.051
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	1.188.456.196	1.188.456.196
Média ponderada total de ações	1.188.456.196	1.188.456.196
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,13764	0,05137

	2020	2019
15. Receitas operacionais:		
Receitas de pedágio	362.890	160.148
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	276.159	253.770
Receitas acessórias	64	27
Receita bruta	639.113	413.945
Impostos sobre receitas	(31.246)	(13.939)
Abatimentos	(119)	(15)
Deduções das receitas brutas	(31.365)	(13.954)
Receita operacional líquida	607.748	399.991

	2020	2019
16. Resultado financeiro:		
Despesas financeiras		
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(45)	-
Taxa e outras despesas financeiras	(319)	(136)
Total	(364)	(136)

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	21.825	15.347
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	17	-
Juros e outras receitas financeiras	11	38
Total	21.853	15.385

	2020	2019
Resultado financeiro líquido	21.489	15.249
17. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pela acionista Controladora e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:		

	2020		2019	
	Valor justo através dos ramos do custo resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através dos ramos do custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos	4.999	-	-	2.530
Aplicações financeiras	638.489	-	-	943.368
Contas a receber - partes relacionadas	-	897	-	-
Contas a receber	-	15.358	-	5.925
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(53.340)	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.109)	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(935)	-
Total	643.488	16.255	(55.384)	945.898

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **Caixa e bancos, e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Obrigações com o Poder Concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicos. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2020	2019
Nível 2		
Aplicações financeiras	638.489	943.368

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** inputs, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R\$ (4)	Efeito em R\$ no resultado	
			Cenário provável	Cenário B 50%
Aplicação financeira (Menkar II) (3)	CDI (2)	114.361	2.109	1.582
Aplicação financeira (CDB) (3)	CDI (2)	524.128	6.400	4.803
Total do efeito de ganho ou (perda)			8.509	6.385

As taxas de juros consideradas foram (1): CDI (2) 1,90%, 2,38%, 2,85%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável; (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada

b. Efeitos não caixa: Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2020	2019
Fornecedores	72	20.139
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	72	20.139
Aquisição de ativo imobilizado	(65)	-
Adições ao ativo intangível	(7)	(20.139)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(72)	(20.139)

20. Evento subsequente: • **Coronavírus:** Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Controladora CCR S.A., verificou-se no período de 1º de janeiro a 25 de fevereiro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Veículos Equivalentes		
01/janeiro/2021 a 25/fevereiro/2021		
vs		
01/janeiro/2020 a 25/fevereiro/2020		
Passeio	Comercial	Total
14,3%	90,2%	41,2%

Início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 09 de fevereiro de 2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7).

Receita líquida de receita de construção:		
01/01/2021 a 31/01/2021	01/01/2020 a 31/01/2020	% Var.
36.855	19.866	86%

Composição do Conselho de Administração
Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente
Érika Natsumi Matsumoto - Conselheiro
Josiane Carvalho de Almeida - Conselheiro

Composição da Diretoria
Fausto Camilotti - Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes - Diretor

Contador
Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governan-

ça da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 4 de março de 2021.